



## **05 DE JULHO DE 2011**

### **Terça - feira**

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **NOTÍCIAS DE MEIO AMBIENTE - DAL/FIEP ( ANEXO)**
- **REFIS DA CRISE VAI DE 10 A 31 DE AGOSTO**
- **VENDAS DE VEÍCULOS CAEM EM JUNHO**
- **DÓLAR RENOVA MENOR COTAÇÃO DESDE 1999**
- **PETROBRAS FAZ DESCOBERTA NO ESPÍRITO SANTO**
- **PARA NÃO SOFRER NO VAIVÉM, DEFINA LIMITES**
- **REAL FORTE E RENDA EM ALTA INCENTIVAM VOOS INTERNACIONAIS**
- **PREVIDÊNCIA PLANEJA CORTAR DÉFICIT PELA METADE**
- **FAZENDA MANTÉM PROJEÇÃO DO PIB DE 2011 EM 4,5%**
- **EMPRESAS SUCROALCOOLEIRAS QUE GARANTIREM BOAS CONDIÇÕES TERÃO SELO**
- **PROJETO QUE CRIARÁ PRONATEC REQUER AJUSTES**
- **DÍVIDA DAS FAMÍLIAS CAI PARA 36,6% DA RENDA**
- **CONTRATAÇÃO DE APRENDIZES PELO CIEE CRESCE 40%, CHEGANDO A 26 MIL EM 2011**
- **PLANO PARA GARANTIR OFERTA NO PAÍS**
- **NAS ESTRADAS, DISPUTA POR MERCADO DE PAGAMENTOS DE R\$ 60 BILHÕES**
- **GRANDES EMPRESAS VÃO À JUSTIÇA QUESTIONAR PROBLEMAS NO REFIS**
- **FEDERAÇÃO DO PARANÁ RECEBE AUDIÊNCIA PÚBLICA DA FRENTE PARLAMENTAR**

## DA INDÚSTRIA TÊXTIL

- **BRASIL: 5º MERCADO GLOBAL DE VEÍCULOS**
- **FALTA DE PEÇAS VOLTA A BRECAR TOYOTA**
- **PROPOSTA CRIA NOVO DISQUE-DENÚNCIA PARA CRIMES AMBIENTAIS**
- **MINISTRA DO MEIO AMBIENTE DEBATE CÓDIGO FLORESTAL COM SENADORES**
- **CNI PARTICIPA DE AUDIÊNCIA NO SENADO QUE DISCUTE REGULAMENTAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS**
- **DEFINIDA COMPOSIÇÃO DE CÂMARAS DO CONSELHO DO MEIO AMBIENTE**
- **FIEP LANÇA CÂMARA TÉCNICA DE RESÍDUOS INDUSTRIAIS**
- **"MASSA SALARIAL AINDA CRESCE 8% AO ANO"**

<b>Câmbio</b> Em 05/07/2011		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	1,561	1,562
<b>Euro</b>	2,260	2,261

Fonte: BACEN

## Refis da Crise vai de 10 a 31 de agosto

05/07/2011- Gazeta do Povo

As dívidas tributárias de pessoa física vão poder ser renegociadas entre os dias 10 e 31 de agosto, como parte do Programa de Recuperação Fiscal (Refis), de acordo com resolução da Receita Federal. A Receita havia fixado o período de agosto a novembro de 2009 para que os contribuintes fizessem o parcelamento, dentro do chamado Refis da Crise. O prazo foi estendido para o último dia 30 de junho, o que agora foi reconsiderado. As empresas que não fizeram a renegociação até o dia 30, no entanto, perderam a oportunidade de contar com benefícios para o parcelamento. Das 150 mil empresas que deveriam ter feito a negociação, apenas 59 mil acessaram, no prazo, a página da Receita com esse objetivo. O Refis da Crise foi criado durante a crise econômica, em 2009. O programa permitiu o parcelamento, em até 180 meses, de quase todas as dívidas com a Receita referentes a impostos atrasados.

## Vendas de veículos caem em junho

05/07/2011- Gazeta do Povo

Os emplacamentos de veículos novos no mercado brasileiro somaram 304.334 unidades em junho, com alta de 15,82% ante igual intervalo de 2010, informou ontem a Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). Em relação a maio deste ano, no entanto, houve um recuo de 4,46%. Os dados incluem automóveis, comerciais leves, caminhões e ônibus. Nos seis primeiros meses de 2010, o número de unidades vendidas chegou a 1.737.275, volume 9,97% superior ao do mesmo período de 2010.

### **Toyota vai suspender produção**

A Toyota anunciou ontem que voltará a suspender provisoriamente a produção nas fábricas de Indaiatuba (Brasil) e Zárate (Argentina). O motivo é a falta de peças fornecidas pelo Japão após os desastres naturais ocorridos no país, em março. Em Indaiatuba, onde produz o sedã médio Corolla, a suspensão será no dia 8 de julho. Em 27 de julho, a unidade já tinha parado a produção por um dia.

Já em Zárate, onde fabrica a picape Hilux e o utilitário esportivo SW4, o segundo turno será suspenso no dia 15 de julho. Nos dias 20, 21 e 22 de julho os dois turnos de produção serão suspensos. No mês passado, o segundo turno já tinha sido suspenso por dois dias (17 e 24).

Considerando o desempenho de todos os segmentos analisados pela Fenabrave – que inclui motos, implementos rodoviários e máquinas agrícolas –, o setor automotivo vendeu 477.933 unidades em junho, um acréscimo de 15,94% ante o mesmo intervalo de 2010. Em relação a maio passado, houve queda de 4,81%. De janeiro a junho deste ano, as vendas somaram 2.722.392 unidades, o que representa um avanço de 10,16% ante os primeiros seis meses de 2010.

Levando-se em conta apenas automóveis e comerciais leves, as vendas em junho subiram 15,93%, para 286.938 unidades, ante o mesmo mês do ano passado. Na comparação com maio, houve queda de 4,52% no número de emplacamentos. Em seis meses, a alta é de 9,52%, para 1.638.082 unidades. As vendas de caminhões e ônibus, com 17.396 unidades em junho, subiram 13,91% ante igual mês de 2010. Em relação a maio, ocorreu uma queda de 3,49%. No acumulado do ano, as vendas foram 18,05% maiores e atingiram 99 193 unidades.

De acordo com a Fenabreve, foram vendidas 161.771 motocicletas em junho, elevação de 16,68% ante o sexto mês de 2010 e de queda de 5,78% na comparação com maio. No acumulado do ano, com 918.212 motos vendidas, o mercado registra alta de 10,47% nas vendas.

### **Dólar renova menor cotação desde 1999**

05/07/2011- Gazeta do Povo

O dólar comercial renovou ontem sua menor cotação desde 18 de janeiro de 1999, época em que o governo promoveu a maxidesvalorização do real. A moeda americana fechou em queda de 0,32%, cotada a R\$ 1,551 na compra e R\$ 1,553 na venda. Foi o sexto pregão seguido de desvalorização. Em um dia de poucos negócios por causa de feriado no mercado americano, a queda da moeda foi influenciada por uma clima um pouco melhor sobre os problemas da dívida da Grécia. No fim de semana, os ministros de Finanças da zona do euro aprovaram a liberação de 12 bilhões de euros ao país. O Banco Central manteve suas atuações diárias no câmbio e comprou a moeda americana em leilão no mercado à vista. A atuação teve início às 15h42 e terminou às 15h47. A taxa de corte foi de R\$ 1,5555.

### **Petrobras faz descoberta no Espírito Santo**

05/07/2011- Gazeta do Povo

A Petrobras informou, ontem, uma nova descoberta de óleo e gás na Bacia do Espírito Santo, na área de concessão BM-ES-23, bloco ES-M-525, totalizando três descobertas nessa concessão. De acordo com a estatal, as novas descobertas situam-se a 115 km da costa do estado do Espírito Santo, em profundidade de aproximadamente 1,9 mil metros e se deram durante a perfuração dos poços 1-BRSA-939-ESS (1-ESS-199) e 1-BRSA-936D-ESS (1-ESS-200D), informalmente denominados Pé de moleque e Quindim. Recentemente, foi anunciada outra descoberta realizada pela perfuração do poço 1-BRSA-926D-ESS (Brigadeiro). A Petrobras é a operadora do consórcio para exploração do bloco BM-ES-23 (65%), formado ainda pelas empresas Shell Brasil Petróleo Ltda. e Inpex Petróleo Santos Ltda. O consórcio dará continuidade às atividades referentes ao Programa Exploratório Mínimo na área de concessão.

## Para não sofrer no vaivém, defina limites

05/07/2011- Gazeta do Povo

Os investidores precisam estar atentos às fortes oscilações das ações na bolsa de valores em um curto período de tempo, sejam elas baseadas em boatos ou em fatos concretos. Especialistas ensinam que, nessas ocasiões, é fundamental que o investidor estipule seus próprios limites de lucro ou prejuízo na bolsa, de forma a evitar perdas maiores que as suportáveis ou garantir um mínimo de lucratividade. A dica se aplica principalmente a quem pensa no curto prazo, mas também pode ajudar os chamados investidores de longo prazo.

Na semana passada, após o anúncio da fusão entre o Carrefour e o Pão de Açúcar, a ação preferencial do Pão de Açúcar chegou a subir 12% em uma sessão, mas no dia seguinte teve queda de 3%. Algo semelhante ocorreu com as ações da Positivo Informática: no dia 9 de dezembro de 2008, após rumores (não confirmados) de que a empresa paranaense seria comprada pela chinesa Lenovo, os papéis, que iniciaram o dia em R\$ 6,05, chegaram a R\$ 12,72 e fecharam em R\$ 8,23 – uma valorização de 36%.

Para o professor de Economia Breno Lemos, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR), o investidor precisa definir em sua estratégia qual será o limite máximo aceitável de perda ou ganho ("stop-in" e "stop-out"). "Ele precisa estar ligado em todas as informações e saber diferenciar especulação de outros movimentos. O principal é saber o seu momento de 'stop'. Cada um deve saber qual é o seu ponto de limite. Assim como ele pode ganhar muito, ele pode perder muito caso não saiba a hora de parar", argumenta.

Lemos dá um exemplo de como agir em relação ao stop: um investidor pode definir que o limite máximo de perda durante uma semana é de R\$ 200 e o de ganho, de R\$ 1 mil. Ao atingir tais marcas, ele se desfaz das ações, embolsando o lucro ou limitando o prejuízo – e, assim, afasta a angústia de esperar o mercado tomar a direção que ele deseja. "É preciso saber o quanto se aceita perder e quanto se quer ganhar", afirma.

Pelo fato de o "stop" ser uma estratégia individual, é difícil definir o momento ideal de comprar ou vender uma ação. Entretanto, é preciso ficar atento a sinais de valorização ou queda para obter melhores resultados. "Quem quer embolsar lucros imediatos tem de vender as ações. A questão é que, assim como o preço sobe rapidamente num dia, pode cair com a mesma velocidade no dia seguinte. O investidor que quer esse lucro durante essa movimentação não pode deixar para entrar depois do pico, porque depois disso a festa começa a acabar", ensina Mario Almeida, autor do blog [eucuidodomeudinheiro.com](http://eucuidodomeudinheiro.com).

Ficar atento ao sobe-e-desce diário da bolsa de valores, porém, é uma atitude para os investidores de curto prazo, que pretendem ter os maiores ganhos em ações certas. Os investidores que almejam ter ganhos no longo prazo não precisam se preocupar tanto com as variações do dia-a-dia, segundo os especialistas. Mais importante é saber o que o fenômeno por trás da variação significa – se uma empresa sofrer perdas consecutivas e der indícios de que enfrenta sérias dificuldades, pode ser a hora de largá-la antes que as coisas piorem.

## Emoção

Embora seja difícil até para investidores mais conservadores conseguir controlar a ansiedade ao ver nos noticiários que as ações de determinada empresa estão se movimentando bruscamente, Breno Lemos frisa que estabelecer objetivos é fundamental para fugir dessa aflição. "E o principal: deixar de lado o fator emocional. Ele é péssimo para as operações na bolsa", recomenda. Ou seja: para quem não consegue manter a racionalidade nesses momentos, o ideal mesmo é ficar longe do mercado de ações.

A busca constante pela informação sobre a empresa e o mercado em que ela atua é fundamental, ressalta o analista de investimentos Eduardo Dias, da Omar Camargo Corretora de Valores. "Investimento na bolsa sempre traz risco, mas quem compra ações com fundamentação técnica e se orienta com profissionais do mercado fica menos vulnerável às oscilações", diz.

## Real forte e renda em alta incentivam voos internacionais

05/07/2011- Gazeta do Povo

O número de passageiros transportados nas rotas entre cidades brasileiras e norte-americanas chegou a 3,2 milhões em 2010, quase o dobro do registrado em 2002, mostra o Anuário de Transporte Aéreo, divulgado ontem pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Real forte e renda em alta, combinados a uma política de liberalização do setor aéreo, são os principais responsáveis pelo crescimento da demanda.

No ano passado, o aumento do número de passageiros transportados em viagens internacionais foi expressivo. Nos voos entre Brasil e Argentina, o avanço ante 2009 foi de 38,5%, totalizando 2,8 milhões de passageiros. Nos trechos para Portugal, o 1,4 milhão de pessoas é número 24,7% superior ao do ano anterior. As rotas mais procuradas, para os Estados Unidos, cresceram 17,37%.

Embora o anuário não separe os passageiros por nacionalidade, especialistas afirmam que a maior parte dessa demanda tem sido puxada pelos brasileiros que viajam ao exterior. "De um lado, temos essa política de abertura de mercado, que liberalizou as tarifas e está acabando com as limitações ao número de voos. De outro, temos essa maxivalorização do real, que nos levou a exportar turistas", afirma Allemander Pereira, consultor do setor aéreo e ex-diretor da Anac. Além disso, o câmbio valorizado deixou o Brasil menos atrativo para turistas internacionais, explica.

Enquanto nas rotas entre Brasil e Argentina as empresas brasileiras são líderes (a Gol com 39,4% do mercado em 2010 e a TAM com 32,4%), nos voos internacionais de longo curso as companhias estrangeiras permaneceram à frente. Nas rotas ligando o país aos Estados Unidos, a American Airlines ficou com 31,9%. Nas ligações com a Europa, a portuguesa TAP abocanhou 29,2% da demanda.

## Aeroportos

Entre os dez aeroportos mais movimentados do Brasil, o de Viracopos (Campinas) é o que apresenta maior índice de pontualidade e o de Guarulhos (SP) é o que tem o menor índice. No primeiro, quase 90% dos voos saíram na hora no ano passado, enquanto no segundo cerca de 75% das decolagens foram realizadas dentro do

horário previsto. A Anac entende como pontual um voo cuja partida dos motores tenha se dado até dez minutos antes ou 15 minutos após a hora prevista, no caso de rotas domésticas. O desligamento dos motores deve ocorrer até 15 minutos após a hora prevista. No caso dos voos internacionais, os motores do avião devem ser ligados até 30 minutos antes ou depois do horário planejado.

Os aeroportos de Viracopos e Guarulhos também estão nos extremos do ranking dos dez mais movimentados no quesito eficiência operacional, que conjuga pontualidade e regularidade dos voos. Esta última avalia se os trechos previstos nas rotas foram executados na sua totalidade ou não. Problemas de manutenção e fechamento do espaço aéreo por mau tempo estão entre as principais causas da não execução dos trechos. A média de Viracopos em 2010 foi de 84% e de Guarulhos, de 71%.

Quem passa por Guarulhos para embarcar, desembarcar ou fazer conexões percebe o principal motivo dos maus números: o aeroporto mais movimentado do país ostenta os maiores níveis de esgotamento da capacidade. Na outra ponta da lista está Viracopos. Até recentemente pouco utilizado, o aeroporto de Campinas tornou-se o principal centro de distribuição de voos da Azul e hoje ajuda a dar conta da demanda que os outros dois aeroportos de São Paulo já não conseguem atender.

De acordo com a Anac, no ano passado Guarulhos superou a oferta doméstica de Congonhas. Aeroporto exclusivamente doméstico e sem estrutura para suportar mais voos, Congonhas manteve seus 75 mil voos programados, enquanto Guarulhos passou de 65 mil voos domésticos, em 2009, para cerca de 80 mil, em 2010.

Nos voos domésticos, a ponte aérea Rio-São Paulo continua a ser a rota mais movimentada, com cerca de 5,7 milhões de assentos oferecidos e quase 40 mil voos realizados em 2010. A segunda rota mais movimentada é Congonhas-Brasília, com cerca de 2,7 milhões assentos oferecidos e 17 mil voos realizados.

## Previdência planeja cortar déficit pela metade

05/07/2011- Gazeta do Povo

O **déficit da Previdência Social** poderá cair à metade se for aprovado um **projeto de lei** que retira de sua contabilidade as renúncias fiscais. De janeiro a maio, elas somaram R\$ 8,9 bilhões, enquanto as contas previdenciárias registraram saldo negativo de R\$ 17,8 bilhões. O projeto deve ser enviado ao **Congresso Nacional**.

Se a mudança proposta já estivesse em vigor, o rombo seria do mesmo tamanho, mas com outro endereço. A parcela sob responsabilidade da Previdência cairia a R\$ 8,9 bilhões e o restante do déficit estaria espalhado por outros ministérios.

No entendimento do ministro da Previdência, Garibaldi Alves, patrocinador da proposta, é preciso "dar a César o que é de César". Ou seja, transferir para cada ministério as renúncias de receita que hoje são contabilizadas na Previdência, embora não sejam políticas da pasta.

É o caso, por exemplo, das empresas do agronegócio que exportam. Elas não recolhem contribuições ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) sobre as receitas que obtêm com a venda de mercadorias ao exterior.

Essa medida foi adotada para aumentar a competitividade do produto brasileiro no mercado externo, ou seja, não é uma política na área de Previdência. Garibaldi acha

que essa conta não deveria estar com ele e sim com o Ministério da Fazenda. A renúncia de arrecadação, nesse caso, chegou a R\$ 1,1 bilhão de janeiro a maio deste ano.

"Em todos os países que dão esse tipo de benefício, a conta fica no ministério setorial", diz o secretário de Previdência Social, Leonardo Rolim. Segundo explica, essa 'limpeza' tornaria os resultados do sistema previdenciário brasileiro comparáveis aos de outros países. "Daria mais transparência", defende.

Na semana passada, Garibaldi reuniu-se com os ministros da Saúde e do Desenvolvimento Social e apresentou a eles a minuta do projeto de lei. "Eles ficaram de analisar", conta o secretário.

A Previdência quer passar para a Saúde, por exemplo, as renúncias fiscais feitas para hospitais filantrópicos. Para o Desenvolvimento Social seriam transferidas as entidades sem fim lucrativo que atuam na área de assistência. Outros ministérios, como da Educação, também passariam a contabilizar as renúncias de entidades que atuam em sua área.

Entidades filantrópicas não recolhem tributos. De janeiro a maio a renúncia de receitas previdenciárias para elas chegou a R\$ 3 bilhões.

Para Rolim, a transferência dos benefícios das entidades filantrópicas às respectivas pastas teria um benefício extra: melhora na gestão. Ele acredita que os ministérios seriam mais criteriosos no enquadramento dessas entidades como filantrópicas.

Pelo projeto de lei, a maior parte das renúncias sairia da Previdência para a Fazenda. Garibaldi Alves pretende encontrar-se com seu colega Guido Mantega nos próximos dias para apresentar a proposta.

## Fazenda mantém projeção do PIB de 2011 em 4,5%

05/07/2011- Gazeta do Povo

O **Ministério da Fazenda** enxerga uma desaceleração da economia a partir do segundo trimestre de 2011, mas mantém em 4,5% a projeção de crescimento do **Produto Interno Bruto** (PIB) este ano. "Para o período remanescente de 2011, a expectativa é de desaceleração da atividade econômica, devido especialmente à maturação dos efeitos das medidas de política econômica", afirma o ministério em seu documento bimestral Economia Brasileira em Perspectiva. A estimativa ainda é considerada como "um crescimento ainda robusto", representando expansão sustentável da atividade econômica, com geração de empregos e da renda. O dado do Ministério da Fazenda está acima dos 4% projetados pelo **Banco Central**.

O documento, que se refere ao bimestre março/abril, também mantém em 5% a previsão de crescimento da economia para 2012 e de 5,5% para os dois anos seguintes.

A Fazenda avalia que a expansão do PIB de 1,3% no primeiro trimestre deste ano, na comparação com o trimestre anterior, é resultado do desempenho da demanda doméstica, sobretudo dos investimentos, como também pelo desempenho da indústria, da construção civil e da agropecuária. "As projeções do Ministério da Fazenda indicam que a expansão do PIB será menos pronunciada no segundo e

terceiro trimestres de 2011", afirma o documento. A Fazenda estima que os investimentos corresponderão a 19,5% do PIB.

O ministério calcula que o consumo das famílias crescerá 7% em 2011 enquanto o consumo do governo subirá 3,3%. Os investimentos devem ter alta de 21,9%. Para o comércio exterior, a projeção é de crescimento de 11,5% para as exportações e de 36,2% para as importações.

## **Empresas sucroalcooleiras que garantirem boas condições terão selo**

05/07/2011- Gazeta do Povo

Empresas sucroalcooleiras que garantirem boas condições de serviço aos trabalhadores receberão um selo de qualidade do governo federal, informou nesta segunda-feira (4) a Secretaria-Geral da Presidência. Segundo o assessor especial da Secretaria, Antônio Feijó, o governo lançará um edital nas próximas semanas para que empresas interessadas em receber o selo se cadastrem para passar por uma avaliação.

Nesta segunda, representantes de trabalhadores rurais e empresários se reuniram com o ministro da Secretaria-Geral, Gilberto Carvalho, no Palácio do Planalto. Eles decidiram renovar por um ano o Compromisso Nacional para Aperfeiçoar as Condições de Trabalho na Cana de Açúcar, que prevê regras como contratação direta de trabalhadores, garantia de transporte e alimentação adequados.

"Estamos recadastrando as empresas que aceitam ser verificadas. Queremos confirmar que as empresas que já aderiram aos compromissos aceitam a verificação e se estão cumprindo o acordo", disse Feijó. De acordo com ele, as empresas que não quiserem aderir ao edital podem vir a sofrer barreiras de compradores, principalmente de países desenvolvidos que importam etanol brasileiro.

"Quem não faz a verificação lida depois com as consequências de não fazer. Existem, por exemplo, barreiras de cunho social para a compra de produtos", explicou.

Para o presidente dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo, Élio Neves, o edital dará condições para verificar se o compromisso de melhoria do trabalho assinado em 2009 e renovado nesta segunda está sendo cumprido. "É com o processo de verificação que teremos condições de dizer se a empresa que aderiu ao compromisso está cumprindo o acordo", disse.

## **Projeto que criará Pronatec requer ajustes**

05/07/2011- O Estado do Paraná

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), lançado pelo Ministério da Educação (MEC), na semana passada, e que tramitará em regime de urgência no Congresso Nacional, foi apreciado nesta segunda-feira (04) por entidades de classe e autoridades paranaenses em audiência pública, na Federação do Comércio do Paraná (Fecomércio). A audiência de hoje abriu a série de cinco reuniões previstas em diferentes estados para a elaboração do texto final do projeto que, se tiver o curso previsto, pode ser votado em agosto. Dentre os assuntos que foram debatidos, há pelo menos dois pontos – coparticipação do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) nas ações e definição exata das fontes de recursos –, em que o projeto precisa ser revisto.

“Sem vinculação ao trabalho, corremos sérios riscos de não sermos efetivos na formação profissional a qual o Pronatec se propõe”, aponta o secretário estadual do Trabalho, Emprego e Promoção Social, [Luiz Claudio Romanelli, que se afastou do cargo nesta tarde](#). Um dos caminhos sugeridos pelo então secretário Romanelli, além da inclusão do MTE nas atividades de formação, foi basear a oferta de cursos na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). “Outro ponto que precisa ser definido com rigor é de onde virão os recursos. O texto inicial do Pronatec aponta o Tesouro Geral da União (TGU), mas abre precedente para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e isso precisa ser descrito com precisão”, destaca.

De acordo com o deputado Alex Canziani, relator do Pronatec na Comissão do Trabalho, embora não esteja perfeitamente determinado no texto base do projeto, a ideia é de que várias fontes financiem o montante que o governo pretende investir até 2014 no programa. “Creio que é um projeto muito viável tanto do ponto de vista da execução, quanto de quem financia. TGU, FAT e até outras fontes como o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) poderão entrar com recursos por meio de parcerias até mesmo com o sistema S (organização criadas por entidades dos setores produtivos”, avalia Canziani.

Só para este ano, o MEC já anunciou um aporte da ordem de R\$ 1 bilhão para concessão de bolsas e para o financiamento de cursos de educação profissional. A previsão é de que 8 milhões de pessoas sejam beneficiadas pelo programa no prazo de 4 anos. “O Pronatec inova tanto na resolução da falta de mão-de-obra capacitada, por meio da ampliação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica usando o contraturno de escolas estaduais, por exemplo, e passa pela ampliação do alcance dos financiamentos via Fies (Fundo de Financiamento Estudantil), que poderá ser disponibilizado para as empresas interessadas em qualificar seus funcionários”, destaca. “Além disso, a articulação que pretendemos com o programa fará com que o Pronatec se configure na porta de saída do Bolsa Família”, prevê Canziani, lembrando que o programa quer envolver a rede que repassa os benefícios do governo Federal para capacitar as pessoas que, hoje, recebem tais recursos.

## Semana do Empreendedor Individual formaliza 47,4 mil

05/07/2011- O Estado do Paraná

As ações da 3.<sup>a</sup> Semana do Empreendedor Individual (EI), promovida pelo Sebrae entre os dias 27 de junho e 2 de julho, foram responsáveis pela formalização de 47.430 profissionais em todo o país. O volume superou em 18% a expectativa do Sebrae. A meta era regularizar a situação de 40 mil trabalhadores por conta própria.

Por dia foram registrados, em média, 7.905 profissionais, 163% mais que a média diária tradicional de 3 mil formalizações. A mobilização foi feita na semana passada, em comemoração ao aniversário de dois anos da lei que criou a figura do Empreendedor Individual.

“Superamos nossa meta, mas o melhor de tudo é saber que o trabalho do Sebrae resultou em mais brasileiros fora da informalidade, contribuindo para a Previdência Social, recebendo todos os benefícios a que têm direito, gerando emprego e renda. Ao empenho do Sebrae em formalizar cada vez mais empreendedores que estão na informalidade soma-se o trabalho para capacitá-los para que tenham vida longa no mercado e cresçam”, afirma o presidente do Sebrae, Luiz Barretto.

## **Volume**

A 3ª Semana formalizou mais que os dois primeiros eventos de mobilização. A 1ª Semana, realizada em outubro de 2010, regularizou 46 mil pessoas. A 2ª foi responsável por 28,8 mil formalizações. Os eventos são promovidos pelo Sebrae para aumentar o número de empreendedores individuais. O volume de formalizados em todo o país passa de 1,2 milhão. Em qualquer época, os profissionais podem se legalizar pelo Portal do Empreendedor.

A formalização dará à moradora da capital federal Conceição Martins, de 43 anos, a possibilidade de emitir nota fiscal, o que vai lhe garantir descontos na hora de comprar de atacadistas. No início do ano, ela abriu um pequeno mercado em Ceilândia, cidade do Distrito Federal. "Acho que a formalização me ajudará muito. Vou poder comprar mais barato e financiado dos atacadistas e distribuidores", comemora.

## **Capacitação**

Nesta 3ª edição, mais do que apenas elevar o número de formalizados, o Sebrae tinha a missão de capacitar os empreendedores individuais. A instituição lançou o Sebrae para Empreendedor Individual (SEI), programa de capacitação baseado em sete soluções educacionais.

O SEI é composto de sete linhas de produtos: SEI Vender, SEI Comprar, SEI Controlar meu dinheiro, SEI Planejar, SEI Administrar, SEI Empreender e SEI Unir forças para melhorar. Os conteúdos serão oferecidos em formatos de oficinas, cartilhas, mensagens por celular e kits educativos. O SEI Controlar meu dinheiro e o Sei Vender já estão disponíveis nos estados. As demais ferramentas estão sendo finalizadas e ficarão disponíveis nos próximos dias.

*As informações são do Sebrae.*

## **Dívida das famílias cai para 36,6% da renda**

05/07/2011- O Estado do Paraná

O endividamento das famílias caiu de 39,6% da sua renda de trabalho, em dezembro de 2010, para 36,6%, em março de 2011. Por outro lado, o comprometimento da renda com o pagamento mensal de prestações dos empréstimos subiu de 21,5% para 26,3% no mesmo período, segundo o documento Economia Brasileira em Perspectiva divulgado hoje pelo Ministério da Fazenda.

De acordo com o boletim, o endividamento das famílias nos Estados Unidos é 180% e de 80% nos outros países do G-7. Por isso, para o ministério, a dinâmica de endividamento no Brasil permanece favorável e o comprometimento da renda está em patamares aceitáveis.

"Assim, o recente dinamismo do crédito no Brasil tem provado ser sustentável, respaldado por uma regulação conservadora, que visa mitigar riscos de mercado. Espera-se também reforço da regulação e supervisão da administração de risco no setor bancário, a partir da implementação das novas recomendações do Comitê de Basileia", diz o documento.

## Contratação de aprendizes pelo Ciee cresce 40%, chegando a 26 mil em 2011

05/07/2011- O Estado do Paraná

A contratação de aprendizes por empresas parceiras do Centro de Integração Empresa-Escola (Ciee) cresceu 40% em maio de 2011, aproximando-se dos 26 mil jovens contratados para capacitação profissional.

Sylvana Rocha, gerente do Programa Aprendiz Legal do CIEE, afirma que as perspectivas da adesão de empresas ao programa neste ano são ainda mais promissoras. "Deveremos chegar ao final do ano perto da marca de 30 mil jovens em capacitação em todo o País", destaca. De acordo com ela, as organizações estão mais sensíveis à responsabilidade de qualificar os futuros profissionais, além de identificarem no Aprendiz Legal uma excelente ferramenta de formação de talentos para a própria empresa. "Inúmeras empresas, mesmo desobrigadas das cotas, vêm utilizando os programas de Aprendizagem como estratégia de formação e desenvolvimento de talentos", afirma Sylvana.

A Lei 10.097, de dezembro de 2000, obriga empresas de médio e grande porte a contratar aprendizes em cotas correspondentes de 5% a 15% do quadro de empregados. Outra exigência é que eles recebam aulas de capacitação teórica, formatadas de acordo com a área de atuação, concomitantemente ao treinamento prático. Corretoras e seguradoras também devem atender à exigência legal. "Além de cuidar do recrutamento e seleção, o CIEE oferece a capacitação teórica, pois, além de ter um cadastro com jovens com o perfil exigido pela lei, é uma entidade capacitadora, habilitada a ministrar os cursos durante o período de vigência do contrato", explica a gerente.

*Com informações do Ciee.*

## Plano para garantir oferta no país

05/07/2011- Valor Econômico

O governo prepara um pacote de estímulos para a indústria do alumínio. As medidas de apoio ao setor, conforme apurou o **Valor**, envolverão desde estratégias para redução da tarifa de energia, até ações fiscais que incentivem o adensamento da cadeia de produção do metal no país. Na prática, o governo quer garantir o suprimento do alumínio no mercado interno - ameaçado a depender de importações em alguns anos - e, paralelamente, apoiar a indústria nacional de transformação do metal. O objetivo é dar condições para que o setor continue a ser um grande exportador, e não importador.

Um grupo interministerial já foi montado para estruturar uma política voltada exclusivamente para indústria do alumínio. Esse comitê reunirá representantes dos ministérios de Minas e Energia, Fazenda e Desenvolvimento, Indústria e Comércio. O BNDES também vai compor o grupo. Dentro de até 90 dias, o governo vai divulgar um plano de ações.

As informações foram confirmadas pelo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. "O Brasil continua a ser um grande exportador de alumínio. Acontece que há um crescimento significativo da economia do país e, dada a projeção de crescimento do

PIB para os próximos anos e a demanda nesse mercado, nós estamos prevendo que, a partir de 2015 poderemos ter dificuldades com o fornecimento de alumínio, se nada for feito", afirmou Lobão, em entrevista ao **Valor**.

Nas próximas semanas, segundo o ministro, será feito um levantamento detalhado para traçar um mapa do consumo atual do setor de alumínio no país, sua capacidade atual de produção, as necessidades futuras e o que pode ser feito como estímulo. "Essa política para o alumínio brasileiro será coerente com o crescimento do país, o atendimento ao consumo interno", afirmou.

Procurados, a Abal, entidade do setor, e representantes da indústria não quiseram se pronunciar.

Segundo Lobão, uma das ações será incentivar a presença dos produtores de alumínio em projetos de geração de energia. "Daremos todos os estímulos para que entrem nesses projetos. Estamos concluindo, por exemplo, a construção da usina hidrelétrica de Estreito, que vai gerar 1,1 mil MW. Ali, a Alcoa já está presente", comentou o ministro. "Veja o caso da Vale em Belo Monte. Chegou a ser dito que a Vale foi compelida a entrar no projeto [no lugar do grupo Bertin]. Não é nada disso. A Alcoa queria entrar, a Votorantim também. A Vale competiu para participar do consórcio e ganhou. E ela é uma produtora de alumínio."

Na verdade, a Vale vendeu seus ativos de alumínio para a norueguesa Norsk Hydro no ano passado, alegando falta de escala e de custo competitivo no suprimento de energia no país para investir em novas fábricas. Em 2009, decidiu fechar a Valesul, em Santa Cruz (RJ), que fazia 90 mil toneladas devido ao elevado custo da energia para aquela fábrica.

A presença dos produtores de alumínio também é esperada em outros projetos, como o de Serra Quebrada, hidrelétrica de 1,3 mil MW, a ser instalada no rio Tocantins, entre Maranhão e Tocantins.

"A indústria do alumínio requer tarifas [de energia] mais baixas. O que tem ocorrido até aqui é que muitos contratos antigos que contemplavam essa indústria com tarifa baixa estão vencendo e as tarifas vão sofrendo algum reajuste", disse Lobão. "Por outro lado, o dólar baixo também influencia em um custo mais elevado do alumínio nacional. Isso tudo está sendo visto e considerado", completou.

A criação de uma política industrial para o alumínio é um pleito antigo do setor. Este ano, o volume de produção de alumínio primário no país caiu, devido ao fechamento de outra fábrica, a da Novelis, em Aratu, na Bahia, no fim de 2010. De janeiro a maio, foram produzidas 592,5 mil toneladas do metal, uma queda de 6,6% comparado ao mesmo período de 2010, segundo dados da Associação Brasileira do Alumínio (Abal). A fábrica da Novelis tinha capacidade de quase 60 mil toneladas por ano. A empresa alegou na época custo de energia superior a US\$ 60 o MWhora na renovação de contrato com a Chesf.

O Brasil é hoje o sexto maior produtor mundial de alumínio primário, atrás de China, Rússia, Canadá, Estados Unidos e Austrália. Mas a previsão é se estagnar na produção de metal. Dono da terceira maior jazida de bauxita do planeta, que é a matéria-prima do metal, o país é o quarto maior produtor de alumina. Caminha para se transformar em grande exportador das duas matérias-primas.

Novelis e Votorantim / CBA já estão importando metal bruto para suprirem suas laminações. Ao fortalecer a cadeia de empresas que atuam no setor, o governo quer

evitar uma situação que hoje preocupa no mercado de minério de ferro, no qual o país é o segundo maior exportador, mas já importa aço acabado para atender a demanda doméstica. **(Colaborou Ivo Ribeiro, de São Paulo)**

## Nas estradas, disputa por mercado de pagamentos de R\$ 60 bilhões

05/07/2011- Valor Econômico

Bancos e administradoras de meios eletrônicos de pagamento estão se movimentando para desenvolver produtos e fazer parcerias voltadas para o mercado de frete rodoviário, de olho nos bilhões de reais que o setor movimenta na informalidade. Até outubro, obrigatoriamente, todo o fluxo de pagamento de frete a caminhoneiros terá que trafegar pelo sistema financeiro formal.

Atualmente, apenas o Bradesco atua na área, com um cartão pré-pago com bandeira Visa, instrumento usado pelas transportadoras para fazer o pagamento dos caminhoneiros autônomos. Com a exigência da formalização, o Banco do Brasil será um novo participante desse segmento e, segundo o **Valor** apurou, também o BicBanco se prepara para atuar na área.

O governo brasileiro registra como pagamento de frete a caminhoneiros apenas R\$ 16 bilhões, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Mas, segundo estimativas da consultoria Deloitte, trata-se de um mercado que movimenta cerca de R\$ 60 bilhões por ano no país. Ou seja, R\$ 44 bilhões transitam na informalidade. Há 50 anos o segmento usa um meio de pagamento arcaico: a carta-frete, documento sem nenhuma legislação e fora da fiscalização do poder público.

No fim do ano passado, foi sancionada lei que proibiu o uso da carta-frete. Em abril, a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) definiu por meio de regulamentação que os caminhoneiros autônomos - responsáveis por 50% da carga no Brasil - deverão, obrigatoriamente, ser pagos por seus contratantes (transportadoras ou embarcadores) por meios eletrônicos, como depósito em conta ou cartão. A agência reguladora estipulou prazo de 180 dias para o segmento se adequar. A resolução foi publicada em 19 de abril e todos devem estar enquadrados até meados de outubro.

Hoje há 1 milhão de caminhoneiros no Brasil e a Pamcary, provedora de soluções para gerenciamento de risco e logística para as transportadoras, estima que esse público possui uma renda mensal entre R\$ 6 mil e R\$ 20 mil, diz o diretor Luis Felipe Dick. Segundo ele, muitos até possuem conta-corrente, mas como recebem os pagamentos por meio da carta-frete, não movimentam suas contas nem consomem produtos bancários.

O BB lançará no segundo semestre um cartão pré-pago para o segmento, conta Mário Casasanta Pereira Netto, gerente executivo da diretoria de cartões do BB. A tendência é que o cartão tenha a marca Visa, já que a bandeira é a única com rede de aceitação de alcance nacional e que tem um produto voltado para o segmento de transportes, o Visa Cargo.

"Hoje o caminho do BB e das outras instituições [que queiram atuar no segmento] passa pela Visa", diz Casasanta, sem dar detalhes sobre a etapa do processo de aprovação da bandeira. Sem citar nomes, Percival Jatobá, diretor executivo de produtos da Visa do Brasil, confirma que há dois bancos em processo avançado para emitir o Visa Cargo.

O executivo do BB conta que o banco decidiu lançar o novo cartão de olho na própria base que tem dentro de casa. O banco tem em carteira cerca de 40 mil empresas que trabalham com transporte de carga rodoviária, sem contar os próprios caminhoneiros que já são correntistas da instituição e não há como identificar um a um dentro de universo de 50 milhões de contas, diz Casasanta.

Para entrar num segmento em que o Bradesco é agente solitário, o BB aposta num modelo de pagamento de abrangência internacional. Ele observa que o Brasil mantém uma forte fronteira comercial com os países do Mercosul, o que gera a necessidade de um instrumento que possibilite o seu uso em território estrangeiro. "Pesquisamos e vimos que os produtos disponíveis no mercado hoje são somente de uso doméstico."

O BicBanco já é emissor do Visa Pedágio, cartão específico para o caminhoneiro pagar pedágio durante a viagem, criado pela Visa em 2001. O novo cartão viria para completar o portfólio. Procurado, o BicBanco não respondeu ao pedido de entrevista.

## Grandes empresas vão à Justiça questionar problemas no Refis

05/07/2011- Valor Econômico

Com o fim do prazo para a consolidação de débitos de grandes empresas no Refis da Crise, o Judiciário tornou-se a única saída para aquelas que não querem correr o risco de deixar de incluir milhões de reais em dívidas no programa de parcelamento federal. Quinta-feira, 30 de junho, foi o último dia para as companhias submetidas a um acompanhamento econômico-tributário diferenciado ou especial (ano-calendário 2010) e aquelas que optaram pela tributação pelo lucro presumido em 2009 incluírem no sistema da Receita Federal os débitos a serem parcelados. Mas muitas tiveram problemas e decidiram ir à Justiça.

O Refis da Crise é o maior parcelamento de dívidas federais já realizado pela União, tanto em número de adesões quanto em valor refinanciado. De acordo com a Receita Federal, 350 mil empresas e 141 mil contribuintes pessoas físicas aderiram ao programa para negociar mais de R\$ 130 bilhões. Quem aderiu ao parcelamento pode quitar seus débitos em até 180 meses, com desconto em multas e juros.

Os contribuintes que foram à Justiça reclamam que não conseguiram incluir determinados débitos no sistema. Além disso, divergem da interpretação da Receita sobre quais dívidas podem ser parceladas. Os problemas explicam a baixa adesão até o dia 28, antevéspera do prazo final. De acordo com o Fisco, apenas 38% das 150 mil grandes empresas que aderiram ao Refis já haviam indicados os débitos a serem parcelados. O balanço final ainda não foi divulgado. Mas a Receita informou que não pretende reabrir esse prazo.

A maioria das empresas ajuizou ações até o dia 30, para rebater um eventual argumento da Receita Federal sobre a perda do prazo para a consolidação dos débitos. O advogado Marcelo Annunziata, do escritório Demarest & Almeida Advogados, por exemplo, já obteve uma liminar para uma indústria paulista de peças, que não conseguiu incluir dívidas que somam milhões de reais. Ele também apresentou algumas petições administrativas em nome de algumas empresas que tiveram problemas e não fizeram lançamentos no sistema.

Na semana passada, o advogado também ingressou com ações judiciais argumentando que determinados débitos deveriam ser aceitos no Refis da Crise. Num dos casos, uma empresa quer usar o próprio prejuízo fiscal para quitar débitos de

multa e juros da empresa que incorporou. A operação não foi aceita pela Receita Federal.

Diante das dificuldades, o escritório Braga & Marafon Consultores e Advogados ajuizou oito medidas cautelares de protesto para resguardar o direito de consolidar os débitos após o fim do prazo, e garantir a permanência dos clientes no Refis. "Tentei, mas não consegui consolidar eletronicamente e não obtive resposta administrativa via papel. Se houver qualquer questionamento, terei o direito dos meus clientes resguardado", diz a advogada da banca Valdirene Lopes Franhani.

O escritório obteve uma liminar, na Justiça Federal do Mato Grosso do Sul, para ter o direito de incluir novos débitos no programa. Segundo a tributarista, o Fisco havia negado a operação com base na Portaria Conjunta da Receita e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional nº 15, de 2010, que limitava para setembro daquele ano o prazo para desistir de ações judiciais referentes a dívidas federais. Porém, no entendimento da advogada, a Portaria nº 2, de 2011, reabriu o prazo até o dia 30 de julho. "Tudo leva a crer que novos débitos poderiam ser incluídos nessa fase de consolidação", argumenta Franhani.

Só no dia 30, o escritório Mattos Filho Advogados ajuizou três mandados de segurança em nome de seus clientes. Segundo a advogada da banca Ana Paula Nui, o objetivo é conseguir autorização judicial para fazer a consolidação de débitos que não apareceram no sistema da Receita, mesmo depois do dia 30. Outras ações foram ajuizadas porque o Fisco não aceita a inclusão de certos débitos - como os de CPMF. Enquanto a empresa discute essa possibilidade na Justiça, entrou com ação judicial para garantir o cumprimento do prazo de consolidação.

Nessa fase, alguns contribuintes se surpreenderam com o valor das parcelas, calculado pelo sistema da Receita Federal. O Fisco estaria aplicando a Selic de 2009 a 2011 sobre o valor principal da dívida, e também sobre os juros e a multa. "O sistema está jogando a Selic sobre os juros anistiados, aumentando o valor da parcela", diz o tributarista Antonio Esteves Junior, do escritório Braga & Marafon. Para ele, a prática é ilegal já que a consolidação está ocorrendo somente agora. No caso de uma empresa, a aplicação da Selic desde 2009 resulta em uma diferença de R\$ 3 milhões. O escritório solicitou o recálculo do valor.

## Federação do Paraná recebe audiência pública da Frente Parlamentar da Indústria Têxtil

05/07/2011- Agência CNI

**Curitiba** - A [Federação das Indústrias do Estado do Paraná \(FIEP\)](#) sedia nesta terça-feira, 5 de julho, no Centro Integrado de Empresários e Trabalhadores do Estado Don Paraná (Cietep), a partir das 9h30, em Curitiba, uma audiência pública da Frente Parlamentar Mista José Alencar para o Desenvolvimento da Indústria Têxtil e de Confecção do Brasil. Durante o encontro, deputados e representantes dos governos federal e estadual debaterão com empresários e trabalhadores o panorama atual do setor no Paraná e medidas que garantam a competitividade da indústria do vestuário local e nacional.

O vice-presidente da FIEP, Edson Luiz Campagnolo disse que a reunião fornecerá subsídios aos parlamentares para que defendam no Congresso Nacional medidas que

permitam o pleno desenvolvimento do setor. "Este é um movimento de proteção à indústria têxtil nacional, que precisa recuperar sua competitividade no cenário internacional e no mercado interno, em que competimos com produtos importados", explicou Campagnolo.

A reunião em Curitiba será comandada pelo deputado federal Zeca Dirceu (PT-PR), coordenador da Frente Parlamentar no estado. "Nosso objetivo é conhecer detalhadamente os obstáculos para a indústria e trabalhadores do setor têxtil paranaense", disse o deputado. Outra finalidade do encontro é colocar o segmento em contato com integrantes do governo federal. Representantes dos ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior confirmaram presença.

O deputado diz ainda que será feito um relato das atividades da Frente Parlamentar no Congresso Nacional. "Já temos algumas propostas em tramitação mais avançada. Uma delas é a ampliação do teto do SIMPLES nacional, válida para toda a indústria, mas que beneficiará significativamente o setor do vestuário. Além disso, trabalhamos para criar mecanismos que garantam mais transparência sobre as importações de produtos têxteis, para aumentar o poder de fiscalização da Receita Federal", disse o parlamentar.

Também participará da audiência pública o presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (ABIT), Aguinaldo Diniz Filho. A entidade foi a principal responsável pelo relançamento da Frente Parlamentar, em abril.

PANORAMA – O setor têxtil e de confecção brasileiro emprega mais de 1,7 milhão de trabalhadores e reúne 30 mil empresas distribuídas por todo o território nacional. Em torno deste universo, direta e indiretamente estão quase 8 milhões de brasileiros. O setor é o segundo maior empregador da indústria de transformação e também o que mais oferece vagas para o primeiro emprego. Nesta cadeia de produção, 75% dos empregos diretos são ocupados por mulheres, que na maioria, são chefes de família, segundo dados da ABIT.

No Paraná, o setor segue a tendência nacional e é o segundo maior empregador industrial. São cerca de 100 mil trabalhadores em 6 mil empresas espalhadas por todas as regiões do estado. A estimativa é que a indústria do vestuário paranaense produza mais de 150 milhões de peças ao ano, com um faturamento anual que ultrapassa R\$ 4 bilhões.

## **Brasil: 5º mercado global de veículos**

05/07/2011- Newsletter Automotiva

Nos cinco primeiros meses do ano o Brasil manteve a quinta posição no ranking de maiores mercados globais, com crescimento de 8,3% sobre o mesmo período de 2010. Levantamento da Jato Dynamics aponta que, apesar da queda de 3,7% nas vendas de veículos em maio, a China mais uma vez garantiu o posto de maior mercado mundial, com 5,8 milhões de unidades.

O país consumiu cerca de 585 mil unidades a mais do que os Estados Unidos, segundo

colocado no ranking com 5,2 milhões de veículos leves vendidos no período. Apesar do terremoto de 11 de março, que causou desaceleração de 29,1% nos emplacamentos, o Japão foi o terceiro mercado mundial nos primeiros cinco meses do ano, com 1,5 milhão de unidades. A Alemanha vem em seguida, com 1,4 milhão de licenciamentos e crescimento expressivo de 13,7%.

País	Jan~Mai 2010	Jan~Mai 2011	Var % Jan~Mai 2010-2011	Mai~2010	Mai~2011	Var (%) Mai 2010-2011
EUA	4.630.657	5.279.425	14,0%	1.102.920	1.061.695	-3,7%
China	5.483.307	5.865.159	7,0%	1.011.897	1.022.273	1,0%
Alemanha	1.253.033	1.424.303	13,7%	265.128	325.551	22,8%
Brasil	1.247.544	1.350.841	8,3%	235.642	300.524	27,5%
França	1.142.285	1.200.712	5,1%	218.359	238.872	9,4%
Japão	2.192.240	1.553.816	-29,1%	353.635	236.546	-33,1%
Rússia	617.471	989.013	60,2%	158.997	235.170	47,9%
Índia	1.060.387	1.246.470	17,5%	209.526	224.240	7,0%
Itália	1.084.346	928.227	-14,4%	179.478	187.181	4,3%
Grã Bretanha	1.000.567	956.901	-4,4%	170.120	170.397	0,2%

## Marcas

A Toyota, que liderou as vendas entre janeiro e maio do ano passado, perdeu o posto para a Volkswagen e registrou queda de 14,3% nos emplacamentos por conta dos problemas no Japão. Já a montadora alemã garantiu avanço de 18,9% entre janeiro e maio de 2011, com mais de 2 milhões de unidades. A Kia, apesar do volume menor, de 627 mil veículos, teve o maior crescimento entre as 10 principais montadoras e ampliou as vendas em 23,3%.

Top 10 Marcas	Jan~Mai 2010	Jan~Mai 2011	? % Acum. 2010-2011	Mai~2010	Mai~2011	? % Mai 2010-2011
1º VOLKSWAGEN	1.745.735	2.074.870	18,9%	357.732	436.710	22,1%
2º FORD	1.776.434	1.967.630	10,8%	380.441	415.227	9,1%
3º CHEVROLET	1.442.575	1.659.195	15,0%	322.786	354.083	9,7%
4º HYUNDAI	1.183.051	1.345.661	13,7%	239.132	284.702	19,1%
5º TOYOTA	2.299.396	1.969.491	-14,3%	439.476	270.156	-38,5%
6º NISSAN	1.263.065	1.408.119	11,5%	246.267	263.065	6,8%
7º HONDA	1.281.611	1.179.947	-7,9%	249.390	177.011	-29,0%
8º FIAT	795.880	778.958	-2,1%	148.606	170.902	15,0%
9º KIA	627.453	773.960	23,3%	131.459	165.530	25,9%
10º RENAULT	696.103	730.313	4,9%	129.733	144.058	11,0%

*As informações são da Jato Dynamics.*

## Falta de peças volta a breicar Toyota

05/07/2011- Newsletter Automotiva

Como consequência da escassez de peças importadas do Japão (afetado em 11 de março por terremoto seguido de tsunami), a Toyota Mercosul vai ajustar sua produção

nas fábricas de Indaiatuba (Brasil) e Zárate (Argentina). A unidade brasileira, que faz o sedã médio Corolla, vai parar apenas no dia 8 de julho.

Na Argentina, a montagem da picape Hilux e do utilitário esportivo SW4 será interrompida no segundo turno do dia 15 de julho e no primeiro e segundo turnos dos dias 20 a 22. Em junho também houve pequenas interrupções nos dois países. A Toyota afirma que o fato não afetará os empregos de nenhuma das unidades. A montadora ressalta ainda que nem a construção da nova fábrica em Sorocaba (SP) nem a ampliação

## Proposta cria novo disque-denúncia para crimes ambientais

05/07/2011- Agência da Câmara

Tramita na Câmara o Projeto de Lei 143/11, do deputado Weliton Prado (PT-MG), que cria o disque-denúncia para crimes ambientais. Segundo a proposta, a denúncia será encaminhada ao órgão competente e será preservado o anonimato do denunciante.

“O canal de denúncia vai desencorajar a prática de agressões ao meio ambiente e diminuir a sensação de impunidade existente”, afirmou Prado. Para ele, a existência do disque-denúncia deve estimular um comportamento proativo de preservação.

Pela proposta, as despesas com as ligações deverão ser previstas no Orçamento.

Atualmente, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) já possui um serviço telefônico gratuito (Linha Verde - 0800618080) para receber denúncias de todo o País. O IBAMA também recebe denúncias por meio de sua [página na internet](#).

### Tramitação

A proposta tramita em caráter conclusivo e será analisada pelas Comissões de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; de Finanças e Tributação; e de Constituição e Justiça e de Cidadania. Projeto de igual teor (PL 7844/10), do ex-deputado Francisco Rossi, foi arquivado no final da legislatura passada.

Fonte: Agência Câmara de Notícias

## Ministra do Meio Ambiente debate Código Florestal com Senadores

05/07/2011- CNI

As comissões de Meio Ambiente (CMA) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) do Senado Federal realizaram audiência pública conjunta com a presença da Ministra de Estado do Meio Ambiente, com o objetivo de debater e coletar subsídios técnico-jurídicos para aperfeiçoamento do Novo Código Florestal (PLC 30/2011).

Izabella Teixeira, Ministra de Meio Ambiente, ressaltou a importância de que o texto do novo código florestal mantenha coerência com os compromissos assumidos pelo país com o legado da ECO 92, em particular, a política nacional de mudanças climáticas e os mecanismos implantados para proteger biodiversidade e água. Ela reconheceu os ganhos que o texto da emenda substitutiva global trouxe, tais como: consolidar o vínculo da pequena propriedade com a agricultura familiar, regularizar a

ocupação pelas culturas perenes e estabelecer os critérios para manejo, recomposição e regularização da reserva legal.

Disse que o desejo do governo é tanto a regularização quanto a recomposição, mas lembrou que a adoção do parâmetro de 4 módulos fiscais (questionado por alguns senadores) concilia e alinha o novo código florestal com outras políticas públicas do governo já estabelecidas (citando o programa nacional de agricultura familiar e a proposição da "bolsa-verde"). Destacou que essas políticas se integram em torno de temas considerados estratégicos para o futuro do planeta pela ONU e Conferência de Davos, que são: segurança alimentar, erradicação da miséria, justiça socioambiental, segurança energética, segurança hídrica, e segurança climática. Para subsidiar o debate, enviará documento com os aspectos nos quais o Governo acredita que há possibilidade de aperfeiçoamento do texto atual.

No tema de APPs em áreas urbanas, a ministra lembrou que por ocasião da discussão na Câmara foram levantadas duas hipóteses: a de se tratar o tema no contexto do programa de regularização fundiária (o que está no texto atual do projeto) ou o tema ser objeto de legislação específica. Destacou, ainda, que os pontos centrais de preocupação do governo com respeito às APPs em áreas urbanas são a prevenção da ocupação das mesmas em áreas de risco de desastres naturais e a preservação dos serviços ambientais fornecidos por essas áreas à população das áreas urbanas.

Diversos Senadores participaram dos debates, por mais de 4 horas, e dos quais se pode concluir da preocupação tanto por parte dos senadores quanto do governo de que a versão definitiva do novo Código Florestal seja um texto objetivo e claro, e que dê a todos os atores envolvidos a segurança jurídica necessária para promover no país um modelo de desenvolvimento que concilie conservação ambiental e agricultura sustentável. Houve unanimidade, ainda, da necessidade da nova lei contemplar a adoção de instrumentos econômicos que fomentem a recuperação de áreas degradadas e valorizem ações de preservação de áreas nativas (pagamento por serviços ambientais), e que a agricultura de baixo carbono brasileira não requer a expansão em áreas de floresta primária para manter o papel de liderança mundial.

Fonte: CNI

## **CNI participa de audiência no Senado que discute regulamentação da Política Nacional de Resíduos Sólidos**

05/07/2011- CNI

A Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal realizou uma audiência pública para analisar e discutir a implantação e os prazos para as medidas contidas no Decreto nº 7.404/2010 que regulamentou a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelecida pela Lei 12.305/2010.

A audiência cumpriu requerimento proposto pelo senador Cícero Lucena (PSDB/PB) com aditamento da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM), e contou com apresentações do Ministério do Meio Ambiente, da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e das seguintes entidades ligadas ao setor empresarial: CNI, CEMPRE e ABIVIDRO.

Wanderley Baptista, da CNI, Victor Bicca, do CEMPRE e Ana Paula Bernardes, da ABIVIDRO, mostraram em suas apresentações bons exemplos de logística reversa implantados no Brasil, que são referencial mundial, mas alertaram que a manutenção da competitividade, a coleta seletiva com inclusão produtiva dos catadores,

mecanismos econômico-financeiros que estimulem a indústria da reciclagem e articulação dos atores envolvidos para evitar duplicidade de esforços são importantes gargalos a serem vencidos para a implantação bem sucedida da PNRS.

Paulo Ziulkoski, da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), demonstrou preocupação diante das metas de extinção dos "lixões" e implantação de 100% de coleta seletiva e 100% de compostagem de resíduo orgânico até 2014. Uma pesquisa realizada em 4500 municípios brasileiros revelou que 63% dos municípios brasileiros ainda possuem lixões e 80,5 % não realizam compostagem. Mesmo diante do dado da pesquisa de que 40,7% dos municípios realizam algum tipo de coleta seletiva (em 10 a 20% da área urbana), e que 70% deles possuem catadores, em 79% destes os catadores não estão organizados.

Os senadores Blairo Maggi (PR/MT) e Ivo Cassol (PP/RO) enfatizaram a preocupação da CNM com dados de seus respectivos estados, alertando para a possibilidade de um alto contingente de municípios estará na condição de ilegalidade, comprometendo ainda o acesso aos recursos da União, no caso de não cumprimento das metas.

Sérgio Gonçalves, da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, informou que o MMA tem trabalho em ritmo constante desde para minimizar a possibilidade de tal situação, lembrando que o processo de 20 anos resultou em uma lei moderna que está alinhada com as demais iniciativas governamentais, proposições legislativas e compromissos internacionais. E citou entre os temas com os quais a lei "dialoga de forma integrada" os de mudanças climáticas, pagamentos por serviços ambientais e inclusão social. Destacou ainda o trabalho dos Comitês Orientador da Logística Reversa e Interministerial da PNRS, e seus diversos grupos de trabalho, estão atacando todos os pontos e temas associados ao processo de implantação, e os projetos conduzidos em conjunto com o IPEA.

Fonte: CNI

## **Definida composição de câmaras do Conselho do Meio Ambiente**

05/07/2011- Agência Estadual de Notícias

Em sua 19ª reunião, quinta-feira (30), em Curitiba, o Conselho Estadual do Meio Ambiente - vinculado à Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sema) - definiu as entidades que irão integrar as câmaras temáticas de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental; Economia e Meio Ambiente; Qualidade Ambiental; e Assuntos Jurídicos. O Conselho é responsável por deliberar e implementar a Política Estadual de Meio Ambiente.

Cada uma das câmaras técnicas conta com a participação de quatro membros titulares do poder público estadual, um membro do poder público municipal, um representante das ONGs, um integrante das associações patronais ou das instituições de ensino e um membro das entidades de representação da classe dos profissionais.

A Câmara de Biodiversidade, Biomas e Educação Ambiental tem por atribuição a preservação da biodiversidade e a elaboração de projetos e políticas públicas de educação ambiental. Foram eleitos para integrá-la as secretarias estaduais de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, da Educação, da Agricultura e Abastecimento, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), A Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba, o Conselho Regional de Biologia (CRBio) e a ONG Mater Natura.

Conciliar o desenvolvimento econômico com a sustentabilidade e preservação dos recursos naturais é função da Câmara de Economia e Meio Ambiente. Farão parte dessa instância as secretarias estaduais da Agricultura, da Indústria, Comércio e Assuntos do Mercosul, do Planejamento, Companhia Habitacional do Paraná (Cohapar), a ONG Instituto Guardiões da Natureza, a Faculdade Espírita e o Conselho Regional de Medicina Veterinária.

Já a Câmara de Qualidade Ambiental tem por objetivo zelar pela qualidade da água, ar e solo, bem como dos serviços oferecidos à população ligados à área ambiental, como esgoto e coleta de lixo. A Secretaria estadual do Meio Ambiente, o IAP, o Instituto das Águas do Paraná (Aguas Paraná), a Cohapar, a Federação das Indústrias do Paraná (FIEP), a ONG Ideia Ambiental e a Universidade Estadual de Maringá integrarão este setor.

De atuação mais interna, a Câmara de Assuntos Jurídicos deve analisar a constitucionalidade das propostas levadas para votação no Conselho, emitir parecer e assessorar os trabalhos das demais câmaras e do plenário do Conselho. Farão parte dela o Aguas Paraná, a Procuradoria Geral do Estado (PGE), a FIEP, a ONG Ideia Ambiental e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Os demais membros serão escolhidos posteriormente.

O secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e presidente do Conselho, Jonel Iurk, disse estar satisfeito com a participação efetiva dos membros da entidade. "Poder público nas esferas estadual e municipal, organizações não governamentais, associações patronais e instituições de ensino superior vêm dando contribuições importantes na defesa ao meio ambiente", afirmou.

CEMA - O Conselho foi criado em 1.984 pela Lei Estadual no 7.978, como um órgão colegiado e deliberativo que integra o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA). É composto por plenário, câmaras temáticas, grupos de trabalho e comitê gestor do cadastro estadual de entidades não governamentais.

De acordo com o secretário-executivo do Conselho, João Batista Campos, o assunto mais importante da 19ª reunião foi a definição das entidades que irão integrar as câmaras temáticas. "Elas são instâncias deliberativas que debatem proposições de trabalho e prioridades para que o Conselho elabore normativas e resoluções para apoiar a política ambiental do Paraná".

Ao fim da sessão, foram debatidos assuntos de interesse geral, como a recepção positiva do Programa Parque Escola, oficialmente lançado, na última quarta-feira (29), no Parque Estadual de Vila Velha, pelo governador Beto Richa e pelo secretário Jonel Iurk.

Fonte: Agência Estadual de Notícias – Paraná

## **FIEP lança Câmara Técnica de Resíduos Industriais**

05/07/2011- FIEP

Com a ideia de viabilizar negócios a partir dos resíduos gerados pela indústria e contribuir para o fomento de práticas mais sustentáveis, a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), lançou nesta segunda-feira (27) a Câmara Técnica de Resíduos Industriais (CTRI).

A iniciativa é fruto de uma parceria entre o Conselho Setorial de Meio Ambiente, da FIEP, e a Coordenação de Desenvolvimento da FIEP, e pretende servir como espaço para a troca de experiências na área do meio ambiente, disponibilizando tanto a expertise técnica de Federação, quanto as contribuições de universidades, do poder público, empresas, sindicatos industriais e outras entidades que já tenham realizado ações neste setor.

Dentro da CTRI serão formados três grupos de trabalho permanente: o primeiro voltado à instalação de Centrais de Tratamento de Resíduos; o segundo dedicado ao estudo de soluções no âmbito da Logística Reversa, e o terceiro com foco na chamada "Simbiose Industrial", termo usado quando o resíduo de uma indústria pode ser aproveitado como fonte de energia ou insumo em outro tipo de indústria, inserindo-o novamente no ciclo industrial.

Segundo o coordenador de Desenvolvimento da FIEP, Marcelo Percicotti, estes três grandes temas que irão nortear os trabalhos da CTRI são convergentes e apontam para uma infinidade de possibilidades de negócios. "Estamos falando de algo que pode ser tratado, processado e transformado em riqueza", observa.

Durante a primeira reunião da Câmara Técnica, foi apresentado um case do Sindicato das Indústrias de Bebidas do Estado do Paraná (Sindibebidas) que abrange os três temas da CTRI. Trata-se de uma Central de Valorização de Materiais utilizada para receber e tratar as embalagens usadas destas indústrias. Além de atuar no âmbito da logística reversa a iniciativa também é um exemplo de simbiose industrial, uma vez que estas embalagens, após processadas, tornam-se insumo para a confecção de diversos outros produtos industrializados.

Segundo o secretário executivo do Sindibebidas, Luiz Roberto dos Santos, este projeto atende a premissa da Lei nº 12305/10, que trata da política nacional de resíduos sólidos e do Decreto 7404/10 que, dentre outros temas, institui a participação de catadores de materiais recicláveis neste processo. A Central deve entrar em operação em julho deste ano. A previsão é que em 12 meses ela se torne economicamente sustentável. Outra inovação deste projeto, segundo Luiz Roberto, é a forma de gestão compartilhada com os catadores de materiais recicláveis.

A participação destes trabalhadores nas ações de reciclagem é outro pilar fundamental para o sucesso das empreitadas futuras da CTRI. Por isso a FIEP convidou a vice-presidente do Instituto Lixo e Cidadania e representante do Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis no Paraná, Marilza de Lima, para participar das próximas reuniões da entidade. "O trabalho da câmara é muito bom, os empresários não sabem do trabalho do catador, não veem que podem fazer um trabalho em parceria de várias maneiras.", observa.

**Contribuição acadêmica** – Outro ator de grande importância para a construção de propostas ambientalmente responsáveis e soluções na área de resíduos industriais são as universidades. Durante a primeira reunião do CTRI, o pesquisador russo Vsévolod Mymrine, integrante da equipe vencedora do Prêmio Nobel de Física de 1964 (invenção do raio laser) e atualmente professor titular visitante da Universidade Federal do Paraná (UFPR), colocou-se à disposição para proferir palestras e contribuir com os trabalhos da Câmara Técnica com sua experiência de 40 anos na área de reaproveitamento de resíduos.

No campo jurídico, outra contribuição veio da Academia Paranaense de Direito Ambiental (APDA), que irá auxiliar os grupos de trabalho e os comitês que venham a

ser formados pela CTRI na redução de riscos e adequação legal das ações desenvolvidas.

Segundo Flávia Malucelli, diretora executiva da APDA, é preciso uma visão sistêmica dos aspectos legais que envolvem o meio ambiente para que as ações da Câmara tenham efetividade.

**Entidades** – Participaram da reunião de lançamento da Câmara Técnica de Resíduos Industriais representantes da secretaria estadual do Meio Ambiente, representantes da prefeitura de Araucária, da Agência Curitiba de Desenvolvimento, da UFPR, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Instituto Tecnológico do Paraná, LACTEC, Compagás, Sanepar, Academia Paranaense de Direito Ambiental, Instituto Lixo e Cidadania, Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis, além de empresas e sindicatos industriais do Estado.

Fonte: FIEP

## "Massa salarial ainda cresce 8% ao ano"

05/07/2011- Valor Econômico

A massa salarial cresce a um ritmo ainda expressivo, embora haja alguns sinais de desaceleração. Em 12 meses até maio, a combinação de mais emprego e rendimento aumentou em 7,9% a soma dos salários nas seis principais regiões metropolitanas do país, já descontada a inflação. No período, a renda real cresceu 4,8% e a ocupação, 3%.

O resultado é bastante influenciado por setores que pressionam a inflação ajudando a explicar as preocupações do Banco Central com o mercado de trabalho. Nos últimos 12 meses, a massa real de rendimentos subiu 11,9% na rubrica "outros serviços", que engloba atividades como alojamento e alimentação (hotéis e restaurantes) e serviços pessoais, 10% na construção civil e 8,5% no setor que inclui administração pública, educação, saúde e serviços sociais. O levantamento foi feito pela Tendências Consultoria, a pedido do Valor, com base na Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.

Conjuntura: Crescimento é maior em serviços e na construção civil

Os setores que têm influenciado mais a inflação também estão entre aqueles com maior aumento da massa salarial nos últimos 12 meses. A combinação de mais emprego e rendimento aumentou a massa de salários dos últimos 12 meses em 7,9% reais nas seis principais regiões metropolitanas, mas nos chamados outros serviços (que englobam atividades como alojamento e alimentação, transportes e serviços pessoais) a alta foi de 11,9%, e ficou em 10% na construção civil. No setor que inclui administração pública, educação, saúde e serviços sociais, entre outros, o crescimento também ficou acima da média e chegou a 8,5%.

O próprio aquecimento do mercado de trabalho ajuda a entender o que se passa com serviços. Com emprego e renda em alta, a demanda por essas atividades se mantém firme. Na construção, o momento ainda favorável do mercado imobiliário e, em menor medida, da infraestrutura explicam o bom resultado. O levantamento foi feito pela Tendências Consultoria a pedido do Valor, com base nos dados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE.

Os números do IBGE mostram, contudo, que o melhor momento da combinação

salários e emprego ficou para trás em setores importantes. É o caso da própria construção, que encerrou 2010 com alta real de 17,1% da massa salarial e agora cresce a um ritmo de 10%. O rendimento real no segmento aumentou 8,1% nos 12 meses até maio, depois de crescer 10,9% em 2010. A desaceleração é forte especialmente no nível de emprego, que viu sua taxa de expansão cair de 5,8% em 2010 para 1,8% nos 12 meses até maio. No período mais recente, a desaceleração da massa salarial fica ainda mais clara. Em maio, o valor que chegou ao bolso dos trabalhadores nas seis principais regiões metropolitanas foi de R\$ 35,1 bilhões, R\$ 500 milhões abaixo do recorde atingido em outubro de 2010, já corrigido pela inflação.

O economista Sérgio Mendonça, do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese), diz que é natural alguma acomodação da alta do emprego na construção depois do forte crescimento dos últimos anos. "Em São Paulo, por exemplo, muitos empreendimentos imobiliários foram concluídos recentemente", diz ele, observando que o investimento do governo federal está mais contido em 2011. "No entanto, como continua a haver escassez relativa de mão de obra no setor, o rendimento ainda cresce a uma taxa expressiva", diz. Em São Paulo, os trabalhadores da categoria conseguiram em maio um reajuste real de 3,4%.

Já os chamados outros serviços mostram um desempenho bastante robusto. Nos 12 meses até maio, a alta da massa salarial de 11,9% se deve a um crescimento real de 5,6% da renda e a um aumento de 6% da ocupação. "O bom desempenho do mercado de trabalho explica esse movimento", diz o economista Rafael Bacciotti, da Tendências.

Mendonça, do Dieese, lembra que o momento é amplamente favorável para serviços como bares e restaurantes. "Os preços de alimentação fora do domicílio crescem com força. Isso ajuda a abrir espaço para contratações e reajustes de salários."

O economista Fabio Ramos, da Quest Investimentos, nota que há mudança estrutural no país nos últimos anos, com maior formalização do emprego e melhora da renda. Isso se traduz em demanda mais forte por diversos tipos de serviços, o que dá mais conforto para as empresas que atuam nesses segmentos ampliar seus quadros e reajustar salários.

O setor que inclui administração pública, educação, saúde, defesa, seguridade social e serviços sociais viu o rendimento real crescer 4,6% nos 12 meses até maio, enquanto a ocupação subiu 3,7%. Para Mendonça, o crescimento expressivo da renda pode ter alguma influência dos salários no setor público, mas é provável que uma parte mais expressiva venha dos ganhos de setores como educação e saúde, também beneficiados pela força do mercado de trabalho.

A fase de grandes aumentos salariais do governo federal, que se concentraram em 2008 e 2009, ficou para trás, observa ele. Segundo Mendonça, eventuais reajustes promovidos por governos estaduais podem ter algum peso, mas o impacto maior pode vir de serviços privados, como educação.

Um caso curioso ocorre com os serviços domésticos, como destaca Ramos, da Quest. A renda cresce 6,5% acima da inflação nos 12 meses até maio, mas o nível de emprego recua 4,9% no período. Com isso, a massa salarial do setor sobe apenas 1,3%. Com a economia aquecida, um número considerável de empregados domésticos busca emprego em outras áreas, o que ajuda a empurrar para cima o rendimento.

Na indústria, a massa salarial tem ganhado fôlego. Depois de fechar 2010 com alta de 4,9%, o setor viu o número subir para 7,7% nos 12 meses até maio. A ocupação na indústria, contudo, já dá sinais de desaceleração. Cresce 3,4% nos 12 meses até maio - nessa base de comparação, chegou a crescer quase 4% em fevereiro.

O nível de emprego como um todo, aliás, tem crescido com menos força. A ocupação fechou o ano passado com aumento de 3,5%, mas já arrefeceu para 3% nos 12 meses até maio. Para os analistas, isso é natural depois de um ano excepcional para o mercado de trabalho como foi 2010, num cenário em que há um ciclo de alta de juros, uma política fiscal mais austera e medidas para conter a expansão do crédito.

O rendimento médio de todos os setores ainda acelera no acumulado em 12 meses, de 3,8% em dezembro de 2010 para 4,9% em maio, mas também tende a perder terreno num quadro de desaceleração econômica, avalia Ramos. Em resumo, a massa ainda ajudará a estimular o consumo, mas não será um incentivo tão poderoso como no ano passado.